



Situação da cajucultura nordestina após a seca

Maria de Fátima Vidal

Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural
fatimavidal@bnb.gov.br

1 INTRODUÇÃO

A cajucultura no Brasil está concentrada no Nordeste e possui elevada importância socioeconômica para a Região, principalmente para o semiárido por gerar postos de trabalho e renda na época mais seca do ano. As agroindústrias beneficiadoras de castanha também são importantes geradoras de empregos diretos e indiretos.

O cajueiro (*Anacardium occidentale L.*) foi implantado comercialmente no Nordeste na década de 1970 por meio de programas governamentais, que também apoiaram o desenvolvimento da indústria de processamento da castanha de caju.

A cajucultura oferece diversos produtos que podem ser explorados comercialmente, o caju (pedúnculo) pode ser aproveitado para produção de sucos, cajuína, ração animal entre outros produtos e pode também ser comercializado como fruto de mesa, a madeira oriunda da poda é outra fonte de renda para o produtor rural. Outro produto importante da cajucultura é o líquido da castanha de caju (LCC) resultado do processamento da castanha. O LCC é usado como base para revestimentos, isolantes elétricos, plastificantes para borracha, reveladores fotográficos, tintas, vernizes, esmaltes, abrasivos e antioxidantes.

Muitos pesquisadores concordam que o aproveitamento e comercialização do pedúnculo pode ser mais rentável para o produtor rural do que a castanha, porém, estima-se que 90,0% do pedúnculo ainda seja desperdiçando na Região e o principal produto da cajucultura nordestina continua sendo a amêndoa de castanha de caju (ACC).

Além da concentração da renda na castanha, o setor depara-se com outros fatores que enfraquecem toda a cadeia, tais como: cajueirais antigos de baixa produtividade, baixos preços da castanha ao produtor, o que inviabiliza a realização de tratamentos culturais adequados, baixo uso de tecnologia, falta de assistência técnica e fatores climáticos adversos.

Os problemas estruturais da cadeia foram agravados com o advento da forte estiagem pela qual passou o Nordeste a partir de 2012, pois ocorreram seguidos anos de quebra de safra.

Assim, o Brasil que em 2011 era o quinto maior produtor mundial de castanha de caju, passou a ocupar

a décima posição na produção mundial. De acordo com a FAO (2016) a Nigéria, a Índia e a Costa do Marfim foram os maiores produtores mundiais de castanha de caju em 2014, com quase 60,0% da produção global do produto.

Nos últimos anos tem ocorrido acirramento da concorrência com alguns países africanos, onde programas governamentais têm impulsionado a expansão da cultura e da capacidade de processamento (BNB, 2009).

Dentre os principais produtores mundiais, o Brasil é o que possui a menor produtividade por hectare. Enquanto em países como a Nigéria, Filipinas e Guiné Bissau tem ocorrido crescimento da produtividade, no Brasil observa-se contínua queda do rendimento da cultura por hectare. Dessa forma, o Brasil tem perdido participação no mercado mundial e aumentado as importações do produto.

Diversos fatores são apontados como causa da baixa produtividade e queda na produção brasileira de castanha de caju. Um dos motivos é que a maior parte dos pomares está em fase de declínio natural da produção. Além disso, os cajueirais gigantes, que são a maioria na Região, são explorados de forma quase extrativista com baixa utilização de tecnologia. A própria arquitetura da planta inviabiliza alguns tratamentos culturais a exemplo do controle químico de pragas e doenças. Além disso, a baixa rentabilidade da cultura não viabiliza o aumento dos custos com tratamentos culturais.

A situação da atividade de baixo desempenho em termos de lucratividade e rendimento da cultura por hectare foi agravada pelo longo período de seca e ocorrência de pragas e doenças, que causaram não somente a quebra de safras, mas também a morte de grande número de plantas, principalmente as mais antigas.

Assim, a oferta de castanha de caju na Região não está conseguindo suprir a demanda interna. Trabalho realizado pelo ETENE (BNB, 2009) estimou em 295 mil toneladas por ano a capacidade instalada de processamento de castanha de caju no Nordeste, porém, a Região só está conseguindo produzir em torno de um terço dessa quantidade.

2 ÁREA

Segundo dados do IBGE, a área ocupada com cajueiro no Brasil em 2015 foi estimada em 619 mil ha, desse total, 99,4% está localizado no Nordeste, sendo

62,9% no estado do Ceará (389.358 ha), 15,5% no Rio Grande do Norte (96.120 ha) e 14,1% (87.474 ha) no Piauí (Tabela 1).

Entre 2005 e 2009, embora de forma lenta, a área plantada com cajueiro no Nordeste se expandiu. Com o advento da seca a partir de 2012, ocorreu redução

considerável da área plantada com a cultura no Rio Grande do Norte e Piauí. No Ceará, a expansão da área com cajueiro se estendeu até 2013, somente em 2014 a perda de área superou as novas áreas implantadas no Estado (Tabela 1).

Tabela 1 - Área plantada com cajueiro no Brasil por região e estados do Nordeste entre 2005 e 2015 em hectares

Brasil/Região/UF	Ano											Part. (%)
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Norte	2.701	2.932	3.063	3.561	3.153	3.408	3.620	3.845	3.629	3.030	2.945	0,5
Nordeste	697.206	706.418	727.401	743.180	770.415	755.982	760.140	760.465	704.467	634.667	615.488	99,4
Maranhão	15.783	18.339	18.426	19.101	18.621	19.557	18.875	16.999	16.091	14.438	11.968	1,9
Piauí	161.598	159.389	172.712	179.395	184.145	171.420	171.525	170.296	133.328	92.674	87.474	14,1
Ceará	368.911	371.032	376.141	386.757	396.538	401.527	402.255	403.373	405.466	378.146	389.358	62,9
Rio G. do Norte	115.408	114.754	116.483	116.685	129.227	121.552	126.211	129.507	116.898	114.812	96.120	15,5
Paraíba	7.900	8.021	8.056	8.102	7.905	7.297	5.671	5.432	4.734	4.127	4.139	0,7
Pernambuco	6.810	6.548	6.625	7.566	7.260	7.337	8.531	6.305	3.817	3.611	3.821	0,6
Alagoas	270	1.147	1.165	1.259	1.259	1.444	1.345	1.373	1.169	1.169	1.174	0,2
Bahia	20.526	27.188	27.793	24.315	25.460	25.848	25.727	27.180	22.964	25.690	21.434	3,5
Centro-Oeste	526	1.054	1.354	1.707	1.657	720	715	720	712	818	763	0,1
Brasil	700.433	710.404	731.818	748.448	775.225	760.110	764.475	765.030	708.808	638.515	619.196	100,0

Fonte: IBGE (2016).



Foto 1 - Situação de cajueirais no município de Russas (CE) em 2015.
Crédito: Fátima Vidal.

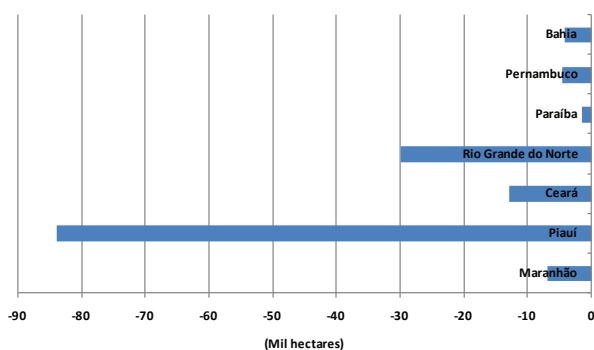
A seca severa, juntamente com a ocorrência de pragas e doenças (mosca branca¹, antracnose² e oídio³)

causou elevado índice de mortalidade das plantas no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Entre 2011 e 2015 foi contabilizada uma redução de área cultivada com cajueiro no Nordeste de mais de 144 mil hectares. Em muitas regiões os produtores estão cortando os cajueiros mortos e vendendo a madeira.

1 Mosca branca (*Bemisia tabaci*), pequeno inseto sugador que se alimenta da seiva das plantas podendo levá-las à morte ou a queda na produtividade. Além disso, a secreção açucarada desse inseto favorece o aparecimento do fungo fumagina, que forma uma película de cor preta nos tecidos da planta prejudicando a fotossíntese.

2 Antracnose, a mais severa doença de cajueiro no Brasil, é causada pelo fungo *Colletotrichum gloeosporioides* que provoca lesões, em ambas as faces das folhas, nos caules, ramos, frutos e pseudofrutos.

3 Oídio, doença causada pelo fungo *Oidium anacardii* Noack. Os sintomas são manchas em torno da nervura principal das folhas que lembram cinza vegetal. As manchas evoluem para todo o limbo da folha.

Gráfico 1 - Variação da área plantada com cajueiro entre 2011 e 2015 nos estados do Nordeste


Fonte: IBGE (2016).

Tabela 2 - Comparativo da produção, área colhida e produtividade de cajueiro comum e anão no estado do Ceará entre 2012 e 2016¹

Anos	Cajueiro	2012	2013	2014	2015	2016 ²
Produção (t)	Comum	22.629	30.495	33.042	32.500	15.548
	Anão	15.945	22.478	19.276	19.618	15.215
	Total	38.574	52.973	52.318	52.118	30.763
Área (ha)	Comum	329.840	330.750	325.455	283.418	280.708
	Anão	70.445	74.417	71.217	91.008	95.350
	Total	400.285	405.167	396.672	374.426	376.058
Produtividade (kg/ha)	Comum	69	92	102	115	55
	Anão	226	302	271	216	160
	Média	96	131	132	139	82

Fonte: IBGE-LSPA (2013, 2014, 2015, 2016).

Notas:

(1) Embora da mesma fonte, os dados podem diferir um pouco das tabelas 1, 2 e 3 porque os dados do LSPA são estimativas.

(2) Dados preliminares.

A substituição do cajueiral antigo é importante para o incremento da produtividade, no entanto, vale salientar que o plantio de cajueiro anão precoce não assegura uma melhora no rendimento, pois grande parte dos produtores não possui recursos para adotar o pacote tecnológico (adubação, irrigação) exigido pelas variedades melhoradas.

3 PRODUTIVIDADE

Em termos de produtividade, as perdas foram ainda maiores; no Piauí a produção de castanha por hectare em 2012 foi quase 80,0% inferior à obtida em 2011, chegando a 54 Kg/ha.

No Rio Grande do Norte, a queda no rendimento da cultura nesse mesmo ano foi de 67,7% e no Ceará, de 65,5%. Nos anos seguintes, houve uma pequena recuperação, porém, em 2015 a produtividade dos pomares nos três estados ainda foi muito inferior à observada em 2011 (Tabela 3).

Tabela 3 - Produtividade da castanha de caju no Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte entre 2011 e 2015

Estado	Variável	Anos				
		2011	2012	2013	2014	2015
Piauí	Kg/ha	267,0	54,0	97,0	134,0	146,0
	TAC (%) ¹	-	-79,8	79,6	38,1	9,0
Ceará	Kg/ha	278,0	96,0	131,0	135,0	139,0
	TAC (%) ¹	-	-65,5	36,5	3,1	3,0
Rio Grande do Norte	Kg/ha	430,0	139,0	268,0	256,0	284,0
	TAC (%) ¹	-	-67,7	92,8	-4,5	10,9

Fonte: IBGE (2016).

(1) TAC - Taxa anual de crescimento.

4 PRODUÇÃO

O Nordeste responde por 98,1 % da produção nacional da castanha de caju; em 2015, a Região produziu 100.578 toneladas. O Ceará é o maior produtor nacional com 50,9% da produção nacional (Tabela 4).

A redução da produtividade levou a uma queda

drástica na produção nordestina em 2012, que foi de 76.824 toneladas (Tabela 4), volume 66,0% inferior a 2011.

Os anos seguintes a 2012 também apresentaram baixos volumes de chuvas, de forma que não houve recuperação no rendimento da cultura. Em 2013, ocorreu recuperação moderada da produção, porém, nos anos

seguintes se intensificou a morte de plantas provocando continua queda de produção (Tabela 4).

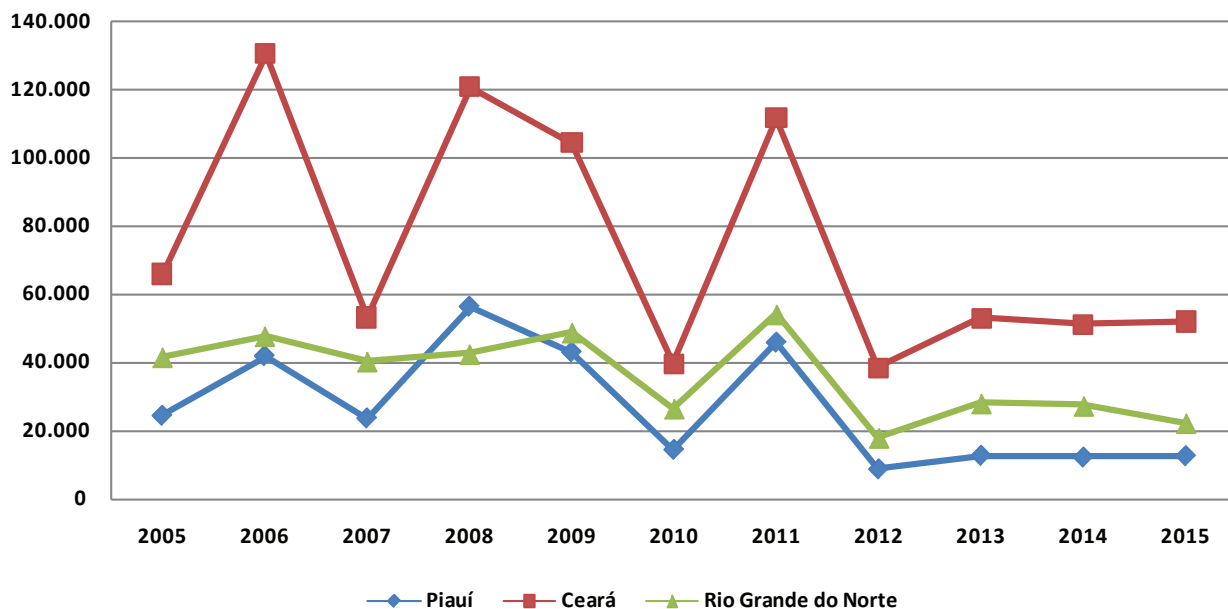
No Piauí, o volume de produção de castanha de caju em 2012 foi 80,0% inferior a de 2011. Isso porque o Piauí foi o estado que sofreu maior redução de área e de produtividade.

Tabela 4 - Produção de castanha de caju no Brasil por Região e estados do Nordeste entre 2005 e 2015 em toneladas

Brasil/Região/UF	Ano											Part. (%)
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Norte	1.799	2.005	2.178	2.659	2.383	2.594	3.318	3.495	2.311	1.663	1.651	1,6
Nordeste	150.679	241.518	138.200	240.124	217.567	101.478	227.191	76.824	107.090	105.789	100.578	98,1
Maranhão	5.031	6.149	6.236	6.534	6.473	6.871	5.114	4.925	4.980	5.177	4.093	4,0
Piauí	24.497	41.853	23.744	56.223	42.963	14.591	45.773	8.923	12.863	12.347	12.751	12,4
Ceará	66.090	130.544	53.420	121.045	104.421	39.596	111.718	38.574	53.112	51.211	52.118	50,9
Rio Grande do Norte	41.675	47.862	40.408	42.593	48.918	26.601	54.252	18.003	28.109	27.405	22.337	21,8
Paraíba	2.854	2.938	2.901	3.238	3.152	2.231	1.897	818	1.025	991	960	0,9
Pernambuco	4.891	5.127	4.919	5.633	5.827	5.564	6.293	3.401	2.067	2.745	3.164	3,1
Alagoas	112	427	447	531	534	584	388	770	665	634	612	0,6
Bahia	5.529	6.618	6.125	4.327	5.279	5.440	1.756	1.410	4.269	5.279	4.543	4,4
Centro-Oeste	273	247	297	470	555	270	276	311	278	261	256	0,2
Brasil	152.751	243.770	140.675	243.253	220.505	104.342	230.785	80.630	109.679	107.713	102.485	100,0

Fonte: IBGE (2016).

Gráfico 2 - Evolução da produção de castanha de caju no Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte entre 2005 e 2015 (em toneladas)



Fonte: IBGE (2016).

5 VALOR DE PRODUÇÃO

O cajueiro ocupou em 2015 em torno de 33,3% da área com fruticultura no Nordeste, porém a castanha de caju, que é o principal produto da atividade, respondeu por apenas 2,9% do valor de produção do setor na

Região (Tabela 5). Não se tem estimativa do valor de produção gerado pelos demais produtos, tais como caju comercializado *in natura*, doce de caju e cajuína.

Um dos fatores que contribuem para o baixo valor de produção da cajuicultura no Nordeste é o desperdício do pedúnculo (caju), pois quase toda a receita gerada pela cultura se deve à comercialização da castanha.

No entanto, no Piauí e no Ceará, a castanha de caju assume um elevado percentual no valor de produção da fruticultura, 18,5% e 17,3% respectivamente. A cultura ocupa quase 92,0% da área plantada com fruticultura no

Piauí e 78,4% da área de fruticultura do Ceará (Tabela 5). Estes dados mostram não somente a importância social da atividade para estes estados, mas também elevada importância econômica.

Tabela 5 - Valor de produção e área plantada com fruticultura e caju no Nordeste por estado em 2015

Estados	Valor da produção (Mil Reais)			Área (hectares)		
	Fruticultura	Castanha de caju	(%)	Fruticultura	Caju	(%)
Maranhão	148.160	4.053	2,7	29.155	11.968	41,0
Piauí	179.708	33.196	18,5	95.258	87.474	91,8
Ceará	993.003	171.708	17,3	496.522	389.358	78,4
Rio Grande do Norte	651.190	42.385	6,5	142.533	96.120	67,4
Paraíba	543.042	1.803	0,3	37.276	4.139	11,1
Pernambuco	1.350.148	4.032	0,3	74.454	3.821	5,1
Alagoas	214.192	1.040	0,5	31.812	1.174	3,7
Sergipe	450.145	-	-	97.725	-	-
Bahia	4.415.895	5.489	0,1	844.199	21.434	2,5
Nordeste	8.945.483	263.706	2,9	1.848.934	615.488	33,3

Fonte: IBGE (2017).

6 CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Os produtores de castanha de caju do Nordeste comercializam sua produção para corretores (intermediários). Existem pequenos, médios e grandes corretores atuando no mercado.

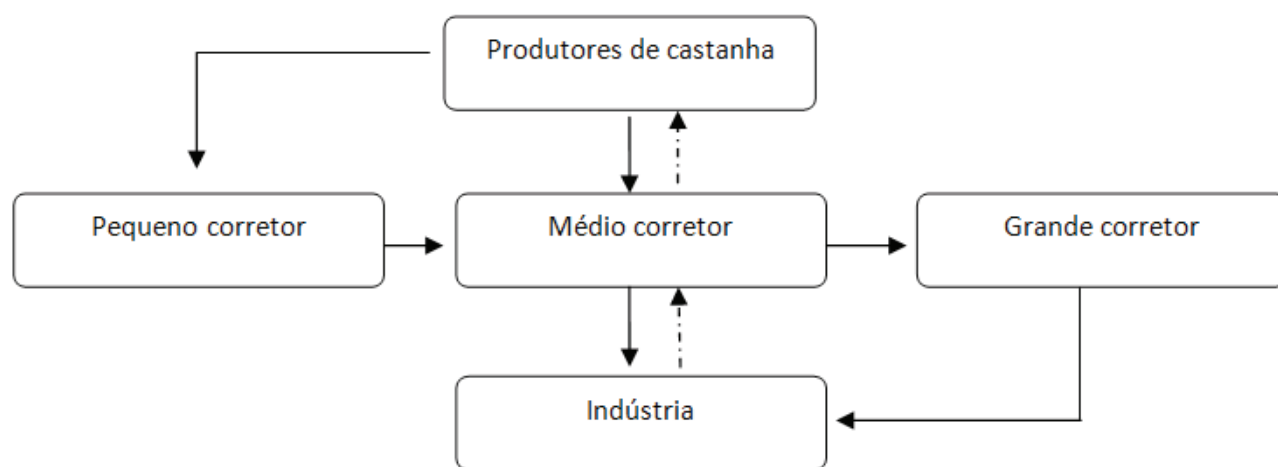
Na figura 1 pode-se observar de forma simplificada o fluxo de castanha e de crédito na cadeia. O pequeno produtor vende a safra para corretores locais, geralmente donos de pequenos comércios (bodegas) que, de posse de um maior volume de castanha, repassam para os médios corretores, que também adquirem castanha junto a

produtores de médio porte.

O corretor de médio porte repassa a castanha ou para grandes corretores ou diretamente para a indústria. O maior fluxo de castanha que entra na indústria é oriundo do grande corretor.

As negociações são realizadas informalmente, sendo comum nessa cadeia o financiamento também informal; as indústrias adiantam recursos para os corretores para a compra do produto e os corretores financiam os produtores para a realização dos tratos culturais e colheita (BNB, 2009).

Figura 1 - Fluxo de castanha e crédito



Fluxo de castanha —>

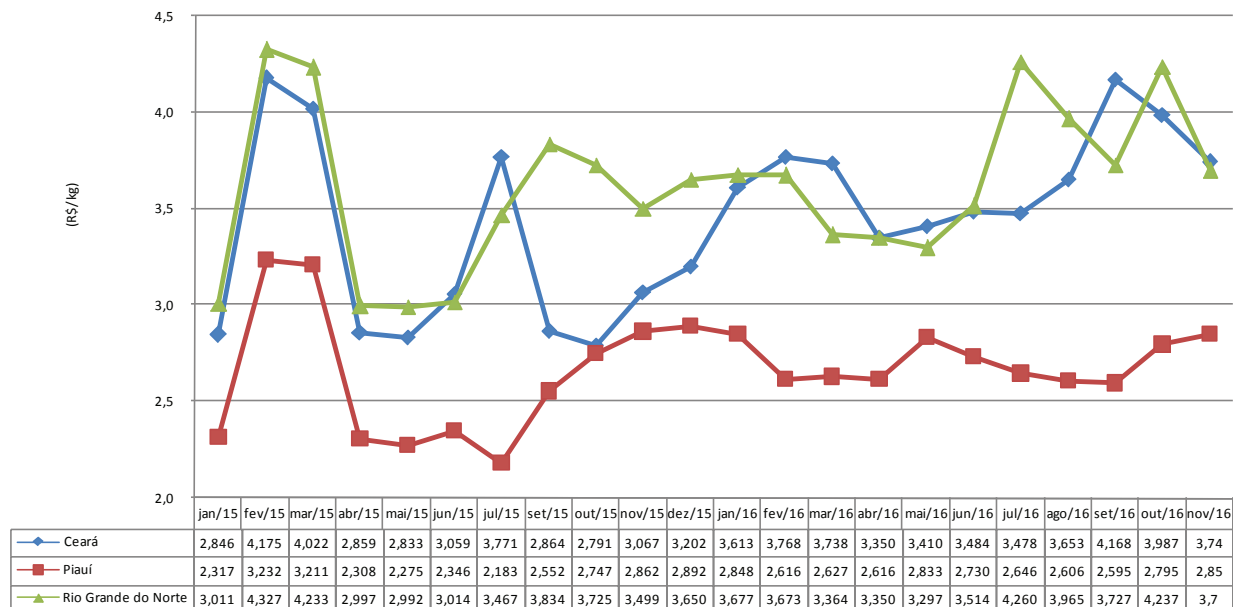
Fluxo de crédito - - ->

Fonte: Elaborado a partir de informações do BNB (2009).

A redução da oferta de castanha de caju na Região devido ao baixo volume de chuvas provocou uma elevação nos preços ao produtor. No final de 2016, a castanha chegou a ser comercializada a mais de R\$ 4,0/kg no Rio Grande

do Norte e no Ceará (Gráfico, 3). Os preços praticados no Piauí são inferiores devido aos custos transacionais, já que parte do volume da produção do Piauí é beneficiada em outros estados.

Gráfico 3 - Preço pago ao produtor por kg de castanha de caju *in natura* entre janeiro de 2015 a novembro de 2016



Fonte: CONAB (2017).

O processamento de castanha no Nordeste é realizado por grandes empresas e por minifábricas. De acordo com o BNB (2009), as empresas processadoras de castanha da Região estão concentradas no Ceará que absorve também grande parte da produção de castanha do Rio Grande do Norte e do Piauí.

O processamento do pedúnculo e a distribuição de caju de mesa são atividades que atendem exclusivamente o mercado interno, enquanto as atividades relacionadas com o processamento da castanha são direcionadas tanto para o mercado interno quanto para o externo, embora a maior parte da produção seja exportada. No mercado doméstico, os maiores compradores de castanha de caju são as grandes redes de supermercados e a indústria de alimentos (BNB, 2009).

Com relação ao pedúnculo, existem postos de compra do caju em algumas áreas do Piauí, onde o pedúnculo é esmagado para fazer polpa. A polpa é coletada por caminhões-tanques e transportada de forma refrigerada até as fábricas (BNB, 2009).

7 MERCADO MUNDIAL DE CASTANHA DE CAJU

7.1 Exportações

No mercado externo, são transacionados dois tipos de produtos: a castanha não beneficiada ou com casca, que é exportada principalmente pelos países africanos (Costa do Marfim, Guiné Bissal, Gana e Tanzânia) e a amêndoa

de castanha de caju (ACC), cujo mercado é dominado pelo Vietnã e a Índia. O Brasil responde por 4,9% do mercado mundial de ACC (Tabela 6).

Em 2013, as exportações mundiais de castanha de caju foram da ordem de 1,3 milhões de toneladas e as de amêndoas foram de 429 mil toneladas (Tabela 6). Por se tratar de um produto beneficiado, o valor das exportações mundiais de ACC é mais que o dobro do valor das exportações de castanha com casca. Esse é um ponto forte do Brasil que exporta predominantemente amêndoa.

No entanto, o Brasil tem se retraído no mercado mundial de amêndoa de castanha de caju, em 2011 perdeu a posição de terceiro maior exportador mundial de ACC para os Países Baixos (Gráfico 4).

A seca ocorrida no Nordeste desde 2012 contribuiu para este cenário, no entanto, vale observar que as exportações nordestinas de castanha de caju começaram a cair em 2010, antes do início da seca. Portanto, além das questões climáticas, existem fatores estruturais na cadeia que estão prejudicando a competitividade do setor no mercado externo.

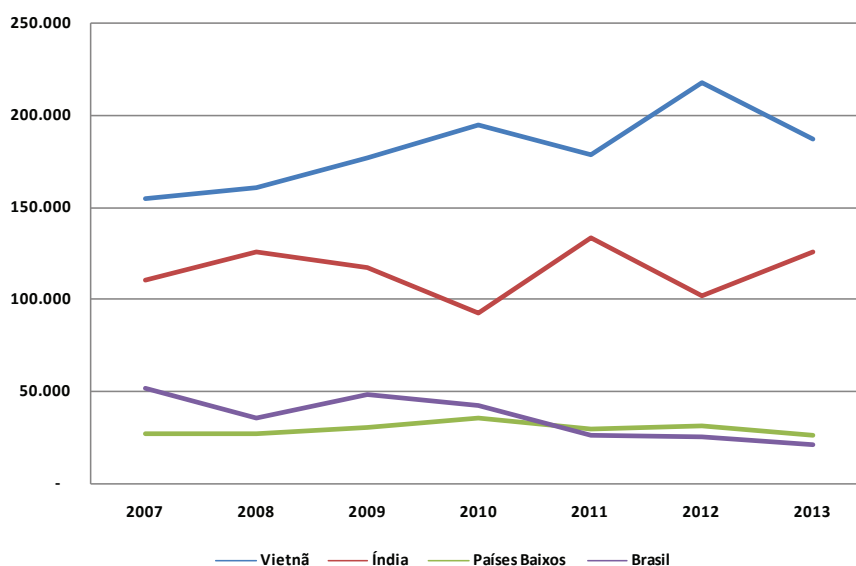
Em 2016, as exportações de castanha da Região voltaram a crescer depois de seis anos seguidos de queda. Em 2016, foram mandadas para o mercado externo 15,8 mil toneladas de castanha de caju, um incremento de 22% em relação a 2015. Porém, este volume ainda foi 40,0% inferior ao volume exportado em 2011 e quase 70,0% inferior às exportações de 2009. Com relação ao valor, o desempenho em 2016 foi um pouco melhor, 26,2% superior a 2015.

Tabela 6 – Maiores exportadores mundiais de castanha de caju em 2013

Amêndoa de Castanha de Caju (ACC)				Castanha de caju com casca			
País	1.000 US\$	Toneladas	(%)	País	1.000 US\$	Toneladas	(%) *
Vietnã	1.076.470	187.456	43,7	Costa do Marfim	311.314	426.297	31,9
Índia	921.507	126.170	29,4	Guiné Bissau	176.115	195.778	14,7
Países Baixos	201.871	26.018	6,1	Gana	232.600	169.619	12,7
Brasil	134.169	20.964	4,9	Tanzânia	164.905	150.882	11,3
Gana	25.151	15.347	3,6	Benin	62.096	115.670	8,7
Burquina Faso	12.163	11.970	2,8	Nigéria	57.800	75.159	5,6
Alemanha	44.802	5.174	1,2	Burquina Faso	39.838	70.464	5,3
Indonésia	32.253	4.798	1,1	Indonésia	56.626	46.896	3,5
Costa do Marfim	27.054	4.440	1,0	Guiné	22.448	31.622	2,4
Demais países	172.227	26.780	6,2	Demais países	56.021	53.364	4,0
Total	2.647.667	429.117	100,0	Total	1.179.763	1.335.751	100,0

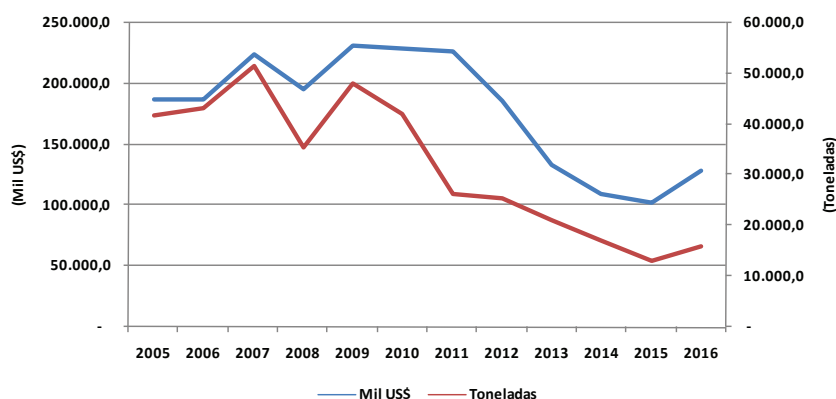
Fonte: FAOSTAT (2017).

Gráfico 4 - Evolução do volume das exportações de ACC do Vietnã, Índia, Países Baixos e Brasil em toneladas entre 2007 e 2013



Fonte: FAOSTAT (2017).

Gráfico 5 - Valor e volume das exportações nordestinas de amêndoa de castanha de caju entre 2005 e 2016



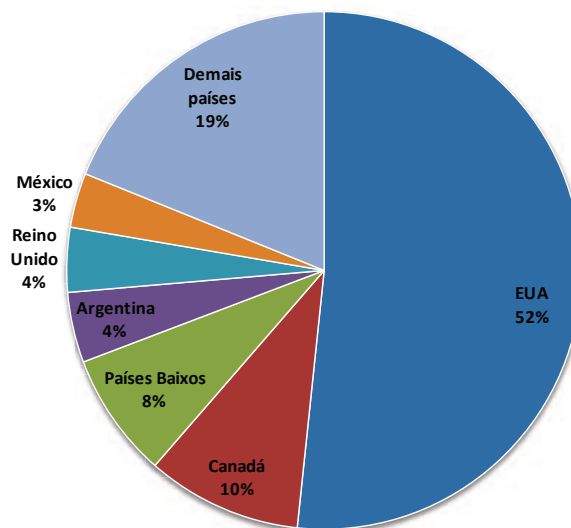
Fonte: MDIC/SECEX.

Mesmo com toda a adversidade que o setor tem enfrentado nos últimos anos, a castanha de caju (ACC) continua sendo um importante produto gerador de divisas na Região. Em 2016, a castanha foi responsável por 15,35% do valor das exportações do agronegócio do Ceará e por 11,43% do Rio Grande do Norte.

Os principais compradores de amêndoa de castanha de caju no mercado internacional são os *brokers* (*intermediários*) e a indústria de alimentos que realiza a torra e a salga para venda no mercado de *snacks* e também utiliza o produto para a produção na panificação e confeitaria (BNB, 2009).

Os Estados Unidos recebem mais de 50,0% das exportações nordestinas de castanha de caju (Gráfico 6), o que de certa forma, representa um risco mercadológico para o setor, pois uma eventual crise econômica ou embargo ao produto brasileiro pode provocar elevados prejuízos financeiros para as indústrias com efeitos negativos para todos os elos da cadeia.

Gráfico 6 - Principais destinos das exportações nordestinas de amêndoa de castanha de caju (em kg) em 2016



Fonte: MDIC/SECEX.

A redução da oferta de castanha de caju nos últimos anos devido ao baixo volume de chuvas, juntamente com o ataque de pragas e doenças, obrigou as indústrias processadoras a importar maiores volumes de castanha, implicando elevação dos custos de produção e fragilização financeira de muitas dessas indústrias.

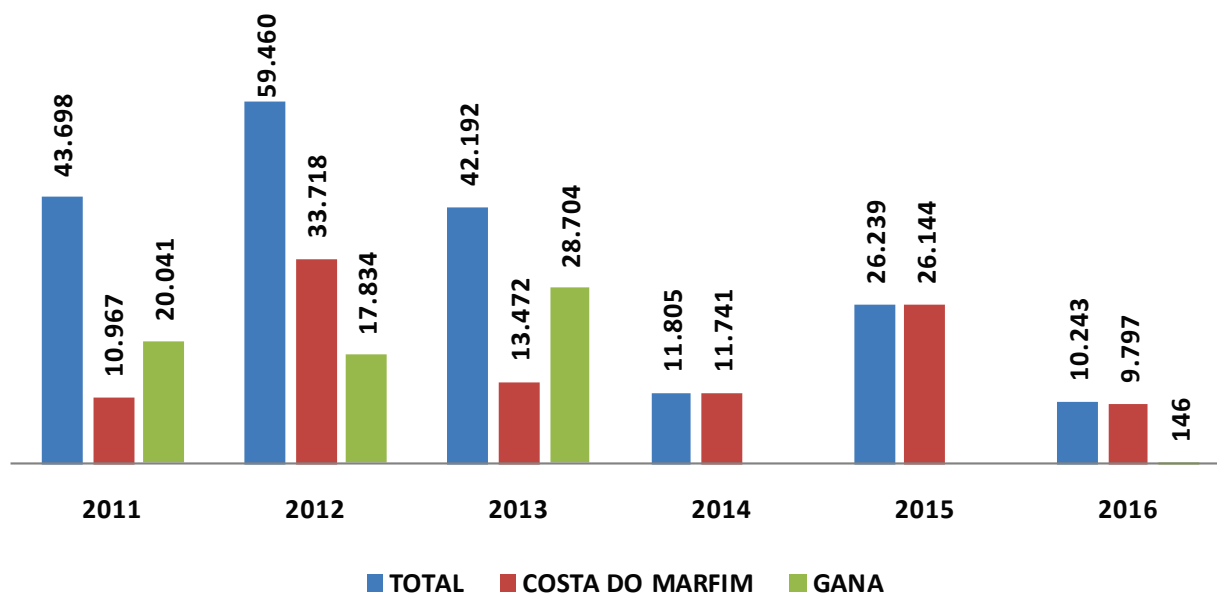
Assim, em 2011, o Nordeste importou mais de 40.000 toneladas de castanha de caju (com casca) e em 2012 chegou a quase 60.000 toneladas. A partir de 2013, observou-se uma tendência de redução do volume importado de castanha, porém, em 2015 ainda foram importadas 26 mil toneladas do produto (Gráfico 7).

7.2 Importações

Os maiores importadores mundiais de amêndoa de castanha de caju (ACC) são os Estados Unidos, Holanda e Alemanha. Em termos de castanha não beneficiada (com casca) os maiores importadores são a Índia e o Vietnã.

Nos anos em que a oferta de castanha no Nordeste não é suficiente para atender a demanda das indústrias processadoras há um incremento no volume das importações de castanha (com casca) da Região que é beneficiada e exportada como amêndoa.

Gráfico 7 - Principais origens das importações nordestinas de castanha de caju (em toneladas), entre 2011 e 2016



Fonte: MDIC/SECEX.

De acordo com o último dado da FAO para importação de castanha, o Brasil foi em 2013 o terceiro maior importador de castanha de caju com casca.

O Ceará concentra as importações nordestinas de castanha, já que possui a maior capacidade de processamento; no Rio Grande do Norte, onde grande parte da produção é processada em minifabricas, o volume importado de castanha no período foi pequeno.

Nos últimos três anos, o Nordeste deixou de importar castanha de caju de Gana e quase toda a castanha importada pela Região nos últimos anos está tendo como origem a Costa do Marfim (Gráfico 7).

De acordo com dados da FAO (2016), Gana responde por um pequeno percentual da produção mundial de castanha de caju (1,3%). Por outro lado, a Costa do Marfim apresentou um expressivo crescimento da produção de castanha de caju entre 2005 e 2015, chegando a responder por 14% da produção mundial.

A Costa do Marfim se tornou também o maior exportador mundial de castanha de caju não beneficiada. De acordo com a FAO (2016), em 2013, o País respondeu por quase 32,0% das exportações mundiais de castanha com casca.

A importação de castanha da Costa do Marfim foi aprovada no Brasil pelo Ministério da agricultura por meio da Instrução Normativa SDA nº8, de 9 de março de 2011.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cadeia produtiva do caju no Nordeste passa por sérias dificuldades, tanto no setor primário que enfrenta sucessivas quebras de safras e baixa produtividade, quanto no setor industrial, que sofre com a insuficiência da oferta de matéria-prima.

A seca prolongada que atingiu o Nordeste entre 2012 e 2016, juntamente com ataque de pragas e doenças causou elevada mortalidade de cajueiros antigos e até mesmo de plantios mais recentes de cajueiro anão precoce. Assim, parte do cajueiral do Nordeste virou lenha.

A quebra de safra de castanha tem afetado toda a cadeia. Além da redução drástica da renda no meio rural, a queda na oferta de castanha no Nordeste tem provocado demissões nas indústrias processadoras que se depararam com maiores custos de produção, devido entre

outros fatores, à necessidade de importar matéria-prima para cumprir seus contratos.

Dessa forma, o Brasil perdeu competitividade no mercado mundial de castanha de caju. Por outro lado, passou a ser o terceiro maior importador mundial do produto.

Mesmo predominando cajueirais antigos, quando ocorre um ano de seca seguido de um ano de chuvas regulares, a cultura tem a capacidade de se recuperar rapidamente. Porém, os danos causados por cinco anos de seca certamente levarão muito mais tempo para serem revertidos devido à grande extensão de cajueirais mortos. Além disso, os produtores estão descapitalizados.

O apoio creditício para recuperação dos cajueirais afetados pela seca é de extrema importância, tendo em vista a elevada importância socioeconômica da atividade no semiárido para os pequenos produtores rurais, principalmente por ser uma das poucas alternativas de geração de renda no período seco do ano.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO - MAPA. Instrução Normativa nº8 SDA de 9 de março de 2011. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Brasília - DF, quinta-feira, 10 de março de 2011.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB. **Estudo da cadeia produtiva do caju e validação de metodologia para acompanhamento dos sistemas agroindustriais/** Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 2009. 152p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Conjunturas mensais**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=526&ordem=produto&Pagina_objcmsconteudos=25#Aobjcmsconteudos>. Acesso em: 24 jan. 2017.